

**EDUCAÇÃO E REGIME DITATORIAL NO BRASIL:
UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA
MARANHENSE**

Vanessa Dantas

SEE/MA; Uninove-SP

vanessappge@uninove.edu.br

Prof. Dr. Carlos Bauer

Uninove-SP

carlosbauer@uninove.br

RESUMO

O estudo construi um panorama do setor educacional público no Estado do Maranhão no período em que o Brasil esteve sob égide do regime militar, instalado pela força em 1964, e identifica alguns embates entre as forças políticas, estudantes e trabalhadores em educação. Nessa perspectiva histórica, buscamos delinear o percurso educacional vivenciado pelos maranhenses, a partir da compreensão crítica do contexto sociopolítico daquele conturbado momento, da análise das disposições políticas educacionais na esfera federal e sua incidência na esfera estadual, localizando as possíveis modificações incididas no ensino com a ascensão de novos sujeitos políticos ao governo, e consequentemente, identificado os pontos nevrálgicos nas lutas por direitos desses sujeitos no tempo social aqui considerado. Nosso ponto de partida remonta ao fim da oligarquia de Victorino Freire (1946-1964), que controlou a política maranhense, onde o ensino apresentava condições questionáveis, resultante das políticas adotadas até então. Para o Governo Federal, tal conjuntura não atendia aos interesses do modelo econômico hasteado no país impedindo a sua consolidação e o amoldamento do Estado às novas demandas. Assim, o discurso desenvolvimentista de estruturação social e organização econômica de José Sarney (1965-1970), não só outorgou sua promoção à política como avalizou uma ruptura da liderança vitorinista na política maranhense. Pedro Neiva de Santana (1971-1975), Osvaldo da Costa Nunes Freire (1975-1978), João Castelo (1979-1982), são nomes de líderes políticos que sucederam Sarney e fizeram discursos análogos para o setor educacional. O estudo dessas trajetórias e suas repercussões nos movimentos associativistas e sindicais dos trabalhadores em educação, em linhas gerais, permitirá contribuirmos para ampliação de pesquisas de cunho histórico-educacional, e, sobretudo da história social daqueles que fazem a educação no Maranhão.

Palavras-chave: Educação; História Social; Ditadura Civil-Militar; Maranhão.

INTRODUÇÃO

Ao construirmos este artigo, nós o fizemos com a finalidade de dar nossa colaboração para a ampliação das produções em História da Educação no Maranhão, área a qual temos dedicado a nossa pesquisa de mestrado. Para tanto, procuramos inicialmente compreender a história dos professores do Brasil, as reformas implantadas no período da ditadura civil-militar, a compreensão crítica do contexto sociopolítico daquele conturbado momento, analisar as disposições político-educacionais na esfera federal e sua implementação na esfera estadual, localizando as modificações ocorridas no ensino com a ascensão de novos sujeitos políticos ao governo e, sobretudo, identificando os pontos nevrálgicos das lutas por direitos sociais no tempo aqui estudado, o que viabilizará o preenchimento de algumas lacunas existentes na história social da educação desse Estado.

Antes de tudo, porém, importa-nos esclarecer, que este estudo justifica-se na concepção que temos da sociedade brasileira dividida por classes sociais e daquilo que entendemos do Estado, enquanto entidade que viabiliza os interesses da classe dominante, e que, na educação e por meio dela, torna-se possível reproduzir a ideologia de dominação de uma classe sobre a outra. É nesse ponto que reside a necessidade do Estado controlar as instituições de ensino, a fim de assegurar o poder, a dominação ideológica e a reprodução da cultura, além de profissionalizar os sujeitos que compõem essa sociedade, no sentido de expandir o modelo econômico e promover o desenvolvimento do país.

Prestes a completarmos trinta anos da conquista do Estado de direito democrático, torna-se possível identificar que as consequências da política educacional implantada pela ditadura militar e seus ideais continuam presente na educação brasileira. Como afirmam Ferreira Jr. e Bittar (2006), o que explica determinadas permanências é a “descontinuidade sem ruptura, isto é, a passagem de uma ordem institucional para outra conservando elementos estruturais da anterior”. Ao concordamos, acrescentamos que isto seja possível, devido ao fato, da presença de determinados personagens e seus sucessores no cenário político do país que militam pela permanência da ideologia imposta aos brasileiros.

Assim, completados cinquenta anos do golpe militar, acreditamos ser oportuno o estudo do contexto educacional no Maranhão nesse período, notadamente do impacto

sofrido pela escola pública de educação básica, que foi a mais atingida pelos efeitos da repressão.

1 A Educação Básica, o Regime e as Reformas no Brasil - um breve panorama

O governo militar, com seu regime centralizador, buscou controlar o país de diversas formas. A educação, por exemplo, foi usada como aparato do Estado para difusão dos conceitos ideológicos por eles defendido.

Para tanto, o regime fez uso de decretos, enviesados de autoritarismo que, no ano de 1968, tomou proporções maiores, com o ato Institucional nº 5, o AI-5 –, marcado pela repressão e perseguição dos segmentos sociais defensores de ideologias opostas ao projeto social, econômico e político defendido pelos militares.

Nas escolas, esse controle se dava, por meio da censura ao conteúdo ensinado, aos livros adotados, aos termos que podiam ser usados. A disciplina de História, por exemplo, passou por medidas restritivas, tanto no âmbito da formação como, também, na atuação dos professores. O currículo foi reorganizado no sentido de desempenhar a função de principal instrumento de controle ideológico e romper com quaisquer possibilidade de resistência ao regime imposto.

As Comissões da Verdade¹ tem evidenciado a grande perseguição contra professores com e sem histórico de militância em função de seus posicionamentos ideológicos. Muitos foram calados para sempre, alguns outros se exilaram, outros se recolheram a vida privada, alguns demitidos, trocaram de profissão, presos, torturados, chegando muitas vezes a terem suas vidas ceifadas pela violência.

Professores afirmam que o pensamento de Paulo Freire, por exemplo, era vedado em muitas escolas e também nos cursos de formação de professores. O professor e deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), conta que, também, teve um livro censurado nesse período, chamado “História da sociedade brasileira”, e que outra forma de perseguição e controle a professores de 1º e 2º grau que passassem em concurso público, era a necessidade de apresentar um “Nada Consta” do Departamento de Ordem Política e Social - DOPs.

¹Grupos formados para investigar a violação de direitos humanos ocorridas no Brasil, por agentes do Estado, no período que antecedeu a ditadura civil-militar até a transição democrática.

Para dirimir as forças de pensamentos oposicionistas, os militares se preocuparam, ainda, com a criação e implementação das conhecidas disciplinas: Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica, regulamentadas pelo Decreto-Lei N. 869, de 12 de setembro de 1.969, que as tornou obrigatórias nas escolas, inclusive nas instituições de 2º grau.

O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: invadindo universidades; prendendo estudantes, feridos, nos confrontos com a polícia, sendo, inclusive, que alguns foram mortos; os estudantes foram calados e a União Nacional dos Estudantes proibida de funcionar; o Decreto-Lei 477 calou a boca de alunos e professores; o Ministro da justiça declarou que “estudantes tem que estudar” e “não podem fazer baderna”.

No entanto, mesmo com toda repressão e esforço para combater a resistência, a década de 1960 terminava com a reivindicação dos mais variados segmentos sociais pela redemocratização das relações políticas no Brasil. Nesse momento, as organizações de professores crescia por todo o país, em prol da defesa da educação tomando novos rumos. Isso porque, até então, a postura da maioria daqueles que faziam o magistério era passiva. Uma parte do professorado, inclusive apoiou o golpe militar. Contudo, o cenário instaurado naquele momento, promoveu entre a categoria, o florescimento de um novo olhar, crítico, constituído nas bases da resistência contra a opressão oriunda do regime militar.

As reformas educacionais implementadas por meio das Leis nº 5.540/68 e 5.692/71, foram um divisor de águas na composição social da categoria dos professores de 1º e 2º graus no que diz respeito as transformações ocorridas na sua origem econômica e cultural. Agora, estes profissionais, encaixavam-se nas classes médias populares. Os estudos de Ferreira Jr. e Bittar (2006) mostram que a categoria dos professores públicos.

Do ponto de vista da extração social, a nova categoria dos professores públicos do ensino básico resultou, fundamentalmente, de duas vertentes da estrutura de classes da sociedade brasileira contemporânea. A primeira foi constituída por aqueles que sofreram um processo de mobilidade social vertical descendente, ou seja, pertencia as camadas da burguesia ou das altas classes médias e foram proletariados econômica e socialmente no curso de monopolização que as relações de produção capitalistas tomaram nas últimas décadas. Já a segunda, originou-se de determinadas frações das classes médias baixas ou das camadas dos trabalhadores urbanos que se beneficiaram da expansão da educação universitária, a partir dos anos 1970, e

efetivaram uma mobilidade vertical ascendente na pirâmide da estrutura social (2006, p.72).

A expansão da categoria dos professores era necessária por conta de dar à formação educacional um cunho profissionalizante. Planejava-se fazer com que a educação contribuísse de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira. Porém essa ampliação constituiu-se social e culturalmente pela “via-crúcis” da política de arrocho salarial e da precária formação inicial pedagógica, tornando possível afirmar, assim, que *a nova composição social dos professores nasceu sob o signo social da proletarização* (Id, 2006b, p. 1166).

Associado às reformas, além da ampliação do quadro de profissionais docentes no país, pensava-se também, em erradicar definitivamente o analfabetismo através de um programa nacional, levando-se em conta as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Para erradicar o analfabetismo foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL, que se assemelhava em sua didática, no Método Paulo Freire. O MOBRAL propunha erradicar analfabetismo no Brasil, no entanto, não conseguiu. E entre denúncias de corrupção, foi extinto.

As políticas educacionais implementadas pelo regime militar influenciaram rapidamente os sistemas educacionais estaduais de todo o país, e conforme nos propomos, daremos aqui, destaque ao contexto educacional maranhense, partindo da compreensão do cenário político-social desse espaço, naquele momento.

2 A Conjuntura Política e Educacional Maranhense antes de 1964

Reconhecendo nossas limitações diante da imensidão histórica imbricada à nossa temática de estudos, deixamos claro, diante mão, que este modesto trabalho tem um ponto de partida. Entretanto, em tempo algum, o limitaremos a um ponto de chegada. Nossa intenção é de nos encontrarmos com fatos, identificar contradições e nesse percurso estabelecer uma relação dialética com a finalidade de analisar e interpretar a realidade de forma crítica.

Reiteramos que o Estado do Maranhão é apenas o espaço que elegemos para objetivar nossa análise, e que só é possível analisar o processo e seu caráter global, se reconhecermos e refletirmos sob as especificidades que permearam a realidade.

A conjuntura educacional no âmbito nacional, segundo Romanelli (2014), no período que antecede o foco desta pesquisa - o período da ditadura civil-militar - foi descrito

A Normalidade democrática, o nacionalismo e o populismo caracterizaram a vida política nesse período, enquanto prosseguia a implantação da indústria pesada e acentuava-se o crescimento da indústria leve. Radicalizaram-se posições ideológicas com as esquerdas e as direitas surgindo, de forma atuante, no cenário nacional. Quanto à educação, esse período se caracterizou pelo reinício das lutas ideológicas, em torno do projeto de Lei das Diretrizes e Bases (2014, p. 129)

Compreendendo, portanto, o cenário brasileiro, prosseguimos na tentativa de descrever ações realizadas no Estado do Maranhão e suas implicações no âmbito educacional. Neste sentido, é preciso compreender a forma como se estruturou a político-partidária maranhense, até o início da década de 60. Os senhores de terra, que ali dominavam o setor rural, e os povoados do interior do Estado, perduravam o paradigma do “coronelismo” político herdado do período da República Velha. Assim, a política se processava nas relações estabelecidas pelos coronéis, o governo estadual e o governo federal.

Nessa conjuntura que visualizamos a acentuada presença de Victorino Freire, em torno do qual se desenvolveu uma política baseada no clientelismo. De acordo com Maria Núbia Bonfim Pinto, Victorino manipulou a política do Estado e dominou o Maranhão por vinte anos

A sua liderança montava-se na disciplina partidária e no respeito pelo chefe político dos Municípios que, segundo Vitorino, era a autoridade máxima na sua zona, mandando tanto quanto o Governador, que na maioria das vezes também era um coronel. Ostentava nos círculos políticos sua bandeira de luta, sintetizada na frase: "*Aos amigos tudo, aos inimigos a lei*"². Como se percebe, prevalecia uma política pautada no clientelismo, na permuta de favores, que em última instância, estava a serviço dos interesses do grupo oligárquico, detentor do poder. (1982, p. 16)

Sendo essa a conjuntura político-social na qual viviam os maranhenses naquele período, não é de espantar que fraudes eleitorais tenham favorecido e sustentado o “status quo”. É certo que nada de novo, tinha a oposição para oferecer, no entanto, ela

²O SEGREDO DE VITORINO. Jornal do Dia. São Luís, 27 de outubro de 1954.

existia e se via sempre derrotada, uma vez que o poder judiciário corroborava com esse fim.

As bases da política educacional maranhense, portanto, se amoldavam às características do coronelismo, ou seja, estruturavam-se na política paternalista, onde o que norteava o ensino e todo o sistema educacional estava intrínseco aos interesses particulares dos detentores do poder, e onde todo e qualquer progresso realizado era “oferecido como favor” da parte dos coronéis e senhores de terra.

Toda essa retrógrada disposição e ordem dos elementos que constituíam as raízes da educação maranhense podia ser visto pelo reflexo dos indicadores de acesso à escola. De acordo com os arquivos do Governo do Estado Do Maranhão, nos anos 1960, a população escolarizável era de 275.000, no entanto, somente 61.071 tiveram acesso à escola, o que deve justificar o índice de 64% da população caracterizada como analfabeta .

Bonfim, neste sentido, reconhece o projeto educacional como aparato direcionado pela organização sócio-política e econômica, quando afirma que “ela se atrelara ao poder dominante, adquirindo suas formas e recompondo suas nuances, tendo caráter eminentemente político, constituindo-se desse modo como um elemento a serviço da oligarquia” e da ideologia que esses grupos carregavam consigo.

Reiniciava nesse período as lutas ideológicas em torno da organização do sistema educacional. Polêmicas em torno do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação foram suscitadas, como: a centralização e descentralização do controle do ensino pelo Governo Federal, liberdade de ensino e abertura para escolas de iniciativa privada, inclusive no que se referia aos recursos. Contudo, sua implementação se deu por meio da Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Como afirma Romanelli, (2014) “a eficácia de uma lei depende dos homens que a aplicam”, e foi sob essa ótica que Bonfim, avaliou:

Diria que no caso do Maranhão, a Lei de Diretrizes e Bases teria atravessado esses fatores, visto que se algumas mudanças aconteceram não se poderia atribuí-las à existência de um texto legal a pressioná-las. (1982, p. 104).

A autora confirma que mesmo com a regulamentação da educação para todo o país, no Estado do Maranhão os interesses de uma pequena minoria continuavam sobrepondo às necessidades da população.

Chega Newton Bello ao Governo do Maranhão (31/01/61) e desde sua campanha eleitoral enfoca a necessidade de incrementar o ensino particular por perceber a impossibilidade do Estado de arcar com todo o ônus da educação (id. *ibid.*).

Essa era uma reivindicação levantada pela igreja católica que, agora, respaldava-se na nova lei. Ela influenciava diretamente a política-partidária maranhense, que tinha interesse pelo ensino secundário, pelo lucro desse comércio e pela doutrinação, onde outrora exercia com toda liberdade. Embora, a legislação defendesse um ensino laico, ela própria, no final das contas, sempre se constituiu resultado dos interesses das classes dominantes.

Se avaliarmos criticamente, por exemplo, a “ajuda internacional” recebida a partir de 1965, por meio do programa MEC/USAID (ARAPIRACA, 1982 apud SAVIANI, 2008. p. 297) podemos identificar e concluir a predominância da ideologia dominante em cada uma de suas propostas no que tange a expansão do modelo econômico capitalista. Em nome da democratização do ensino, a expansão do sistema educacional da forma que se deu, obteve respaldo legal, porém, é notório que esse crescimento de matrículas ocorreu, bem como a estruturação do ensino profissionalizante, com a finalidade de preparar mão de obra para ocupação de funções nas indústrias que se instalavam naquele momento.

Essa política veio a se potencializar no Maranhão, a partir da ruptura do governo de Victorino Freire e a ascensão de José Sarney³ na administração pública maranhense.

3 O Contexto Político-Educacional Maranhense após 1964

A “Revolução de 1964” trouxe para o Maranhão grandes mudanças no cenário político. Para Caldeira (1978, p 87) “o sarneísmo, de modo direto, não é produto do udenismo local, [...] é produto da Revolução de 1964 (ou mais especificamente dos governos Castelo Branco e Costa e Silva) e da própria ARENA”.

³ José Sarney natural do Maranhão, foi Deputado federal (1955/1966), Governador de Estado (1966/1970), senador da República (1970/1985; 1991) e presidente da República (1985/ 1990).

Assim, com o apoio do Governo Federal, Sarney assumiu o Governo do Estado em 1966, afirmando

[...] nada temos a continuar, tudo temos a inovar, em nosso Estado [...] estamos sepultando um passado embrutecido pela ausência, pelas carências de toda a ordem. Um passado em que as instituições foram empobrecidas e deformadas, quando não corrompidas ou viciadas. Um passado que nos encheu de vergonha, de pobreza e de mistificação; um passado que, por tudo isso, deve ser sepultado para sempre” (discurso de posse de José Sarney, apud CALDEIRA, 1976, p 42).

Deste modo, Sarney procurou planejar seu Programa de Governo com base nas diretrizes desenvolvimentistas que na região sul e sudeste já tinham forte atuação. Aliás, foi com esse discurso, que recebeu apoio direto do regime militar para ascender ao governo do Estado. Sua proposta era então, de implantação dos projetos industriais e agropecuários, o apoio do governo era fundamental, pois viabilizaria recursos e infraestrutura como suporte. Barbosa⁴, descreve com rigor o pensamento idealizado que estava sendo difundido e que tinha origem no projeto autoral de Sarney, intitulado de “Maranhão Novo”. Ela coloca suas impressões de forma contundente, quando afirma:

Personalizando o projeto de um “Maranhão Novo”, José Sarney iniciou sua trajetória no comando da política maranhense. Cabe ressaltar que sua ascensão se deu na mesma medida em que os militares também assumiam o controle do aparelho de Estado brasileiro (Caldeira, 1978). Tratava-se, para José Sarney, de superar (na verdade, recompor), no campo político, o que denominara “atraso” e decadência. Nesse sentido, foi ágil na criação de uma infra-estrutura jurídico-política que possibilitasse o estreitamento dos laços com o capital monopolista. Apresentou as mudanças efetuadas no aparelho estatal como superação do atraso por meio da criação de novos dispositivos político-institucionais que, sob a égide da racionalidade burocrática, propiciassem a imediata ruptura com o passado. (Id. p. 2)

No entanto,

O corte simbólico entre o passado e o presente seria a marca que o diferenciaria da era vitorinista, identificada com o “velho” e com o “arcaico” da política maranhense. Articulando-se ao movimento de expansão do capitalismo monopolista no Brasil, sob a égide dos militares, o governo Sarney (1966- 1970) adotou uma política desenvolvimentista, materializada na aliança Estado-capital privado e

⁴ BARBOSA, Zulene Muniz. As “Temporalidades” da Política no Maranhão. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf. Acesso: 04/03/2014

na subordinação da máquina estatal aos interesses da acumulação capitalista, sem prejuízo da forte presença oligárquica. (Id. p. 3)

Em síntese, o pano de fundo é o mesmo: duas classes sociais com interesses e necessidades antagônicas lutando em um determinado espaço e tempo, onde a classe dominante detém o poder econômico e o poder político, em qual lugar acaba prevalecendo no âmago da sociedade, sua ideologia.

Nesse contexto, a Educação assumi importante papel na reprodução ideológica presente na ideia do programa de governo “Maranhão Novo”. Bonfim (1982) corrobora nessa análise e “situa a Educação como elemento político, por excelência”. Desse modo, políticas no setor educacional foram desenvolvidas nos moldes do que a autora classifica por “imediatismo” uma vez que o “governo não ponderou a realidade do Estado em suas múltiplas e diversas dimensões”. Vangloriavam-se de que, a partir de então, haveria planejamento, porém, o cerne das decisões que constituíam a política educacional do país estava preenchido por aquilo que era necessário ao plano governamental de desenvolvimento econômico do país e não pelas reais necessidades educacionais da população maranhense.

Embora a política educacional da Ditadura Civil-Militar tenha sido direcionada para as reformas do Ensino Universitário (Lei 5.540/68) e do 2º Grau - atual Ensino Médio - (Lei 5.692/71), seus efeitos foram devastadores para todo nível da Educação Básica e o que podemos ver, em geral, é uma crescente e inevitável precarização da educação não apenas no Maranhão, mas em todo país. Se, anterior ao período de 1964, o quadro se mostrava deficiente, após a inserção das políticas liberais, esse quadro mostrou debilidades ainda maiores. Pois a educação que outrora tinha caráter de formação humanística passa a dar espaço para as propostas tecnocráticas.

Os Planos Trienais oriundos do Governo Federal por meio do Ministério de Educação e Cultura (MEC), com plena participação dos Estados Unidos passam a nortear as ações do Governo Estadual em todos os setores. Ao discursar para a Assembleia Legislativa, o Governador Newton Bello, em 1963, mostra que as empreitadas da USAID, foram anterior ao Golpe de 1964, e que o mesmo corroborava com as propostas da mesma: - *Firmamos um convênio para a execução do plano trienal de Saúde. O Plano trienal de Educação está sendo presentemente estudado pelos técnicos da USAID/Brasil.* (BELLO, 1963 apud BONFIM, 1982).

Para dar sustentação ao Plano Trienal a Lei 2.335 de 13 de dezembro de 1963, foi promulgada, a fim de reestruturar a Secretaria de Educação do Estado e de lhes responsabilizar pela execução de um plano estruturado num espaço alheio a realidade dos maranhenses. Além disso, enquanto a secretaria esta sendo reorganizada, foi criada também a Comissão Executiva do Plano Estadual do Maranhão - CEPEMA -, com a função, sobretudo, de garantir meios para execução do Plano, uma vez que esta era responsável pela gestão dos recursos financeiros. Ao relatar a origem desses recursos, Bonfim (1982) afirma, que

É evidente que a ajuda maciça adviria da USAID, fato que motivaria o próprio direcionamento do Plano, contemplado com uma soma de recursos financeiros superior a qualquer pretensão do Estado, àquela época, para a condução da política educacional. Basta constatar que o índice geral de analfabetos no Maranhão era de quase 80%. Diria que a ajuda despontara para resolver os problemas quase crônicos do Estado, que responsabilizava a inércia e a carência do sistema educacional (falta de professores, equipamentos, mobiliário, material didático e salas de aula) "a insuficiência de recursos financeiros federais e estaduais destinados a esta finalidade" (p. 116).

Havia a ideia de que para empregar esses recursos financeiros e suprir as necessidades que limitavam o desenvolvimento da educação no Maranhão, era mister vincular a teoria da administração de empresas organizadas segundo o modo de produção capitalista, pois "a escola constitui um empreendimento cuja administração não requer nenhuma consideração especial, a não ser, é lógico, levar em conta sua matéria-prima – o aluno" (RUSSO, 2004). Nessa perspectiva, o objetivo era, conforme afirmou o próprio José Sarney num documento intitulado "Política Educacional do Maranhão" (1964) "o preparo da juventude maranhense para a vida do Maranhão".

Documentos da Secretaria de Educação do Estado, mostram que as escolas da rede estadual apontaram um crescimento significativo em número de matrículas, o que denotava o início da democratização do ensino no Maranhão. No entanto, uma nova problemática surge, pois na mesma medida em que cresciam os índices de matriculados, ampliavam-se também, a margem de reprovação e de evasão nessas instituições.

Num levantamento realizado em 1967 para Secretaria de Educação, observamos, por exemplo, que apenas 6,7% dos alunos que ingressavam no primeiro ano tinham condições de cursar o ensino médio (BONFIM, 1982). E na mesma direção, havia um crescente percentual do analfabetismo, mostrando que o reconhecimento do governo,

acerca da problemática, não era suficiente para superá-la, mesmo que submetendo-a a projetos.

Com vistas a superação desse Estado arcaico instaurado no Maranhão, as políticas educacionais passariam a preconizar as desigualdades sociais e a mudança do currículo, objetivando o desenvolvimento econômico e inovador. Para isso, a Secretaria de Educação deveria estabelecer parceria com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE -, prestando assessoria para equipes de planejamento. Estas deveriam desenvolver projetos de caráter iminente, cuja a diretriz está na preparação de recursos humanos; e que juntos formariam o Programa Oficial de Educação do Estado.

A maioria dos projetos eram voltados para o Ensino Médio e Superior, o que confirma a tendência tecnicista das políticas educacionais desenvolvidas naquele momento, sobretudo, para formação de recursos humanos. O que confirma o direcionamento dos poucos recursos a esses níveis de ensino, também, confirmando a incógnita - a educação básica maranhense entrou num profundo nível de precarização.

Os Projetos Bandeirantes, TV Educativa, Madureza, Centauro, João de Barro dentre outros, por mais que denotassem uma extraordinária “revolução na educação maranhense” alcançando um quantitativo expressivo em termos de matrícula e de afeição popular, pecava ao desconsiderar questões fundamentais. Bonfim (1982), ao relatar suas impressões acerca do Projeto Bandeirantes descreve:

Assim, estaria encoberta a premissa de que se antes de 1966 não houvera uma ação dinamizadora da educação de nível médio pelo Governo Estadual teria sido porque a forma de inclusão do Estado no modo de produção econômico não reclamara ainda esse tipo de educação. Tanto é que quando a equipe de planejamento interpreta o real, admitindo que tudo estava por ser feito no terreno educacional maranhense é porque está estabelecendo uma relação entre esse fato e a nova forma econômica que ganharia o espaço maranhense. Até parece que antes mesmo dela ser anunciada, devessem estar todos os setores, inclusive o educacional, preparados e a serviço do seu atendimento. Desse modo, a ação política aflora de modo sutil, parecendo àqueles menos avisados que o atraso educacional seria apenas motivado pela estagnação do sistema e pela má administração dos governantes, encobrindo a relação simbiótica existente entre a estrutura econômica e o desempenho atingido pelo setor educacional: a escassez de escolas, a inércia do sistema de ensino corresponderia ao próprio estágio atingido pelas forças produtivas naquele Estado nordestino, ainda não capturado pelo novo estágio do sistema de produção. (1982, p. 167-168)

Com o passar do tempo, ficou notório que os avanços não chegavam e que as condições ainda eram muito escassas. Além disso, os professores eram dia após dia desvalorizados, chegando ao nível de serem, inclusive, substituídos por “orientadores de estudo” durante a vigência dos projetos TVE e Madureza, que utilizavam o recurso da vídeo-aula, descartando a necessidade do professor.

Ao fazermos um levantamento no periódico de grande circulação, o jornal *O Imparcial*, identificamos inúmeras matérias com denúncias acerca das mazelas sociais refletidas na educação ao longo dos anos. Em uma matéria publicada 16 de outubro de 1979 em que mostra os professores reivindicando melhores salários e é interessante notar como a professora de História, Maria das Dores Teixeira descreve o profissional ao afirmar que: - “professor é uma profissão de esperanças, a gente sempre espera que um dia a coisa melhore e o nosso trabalho seja reconhecido. Em outras palavras digo que o professor ainda é um marginalizado”.

E essa pauta reivindicatória se estende ao longo dos anos, como vemos na matéria de 15 de agosto de 1982, onde Antonio Anacleto Ferreira, presidente da Associação de Professores do Maranhão (APEMA), crítica o setor educacional maranhense, reiterando a

“miséria reinante no setor educacional; dos salários achatados, aos que durante todo este ano, não ganharam ainda os seus ordenados, como a maioria dos professores dos Ginásios Bandeirantes, dos admitidos neste ano; além dos que lecionam em salas sujas, sem luz, sem água e sem ventilação, com crianças sedentas, sentadas no chão por falta de carteiras em inúmeros colégios” (O Imparcial, 15/08/82)

Essa situação perdurou, pois em 21 de junho de 1984 identificamos uma paralização de 800 professores do segundo grau, em virtude de estarem sem receber seus vencimentos há 4 meses. Em 1985, uma greve foi deflagrada com adesão de toda rede pública estadual.

Ferreira Jr. ao realizar o estudo sobre a ditadura militar e a proletarização dos professores, compreende que esse não foi um problema específico de uma região, antes, todo o sistema educacional do país foi atingido, e afirma que

O arrocho salarial a que foram submetidos os professores durante o regime militar, aliado à expansão quantitativa das antigas escolas públicas de 1º e 2º graus, levou a categoria a transformar as suas associações profissionais, até então de marcante caráter recreativo, em verdadeiros sindicatos que passaram a formular e organizar a luta por

melhores condições de vida e de trabalho. A maior expressão desse fenômeno foram as greves de milhares e milhares de professores, a partir do fim da década de 1970, em quase todos os estados da Federação. Esse tipo de movimento, pelo seu ineditismo à época, chamou a atenção da sociedade, que, a despeito de guardar da profissão uma imagem associada à abnegação e ao sacerdócio, apoiou as suas mobilizações. (2006, p 1175)

Conclusão

Quando a Ditadura Civil-militar foi instaurada no país, o Maranhão passava por uma ruptura na política, encerava o período do vitorinismo e iniciava uma era marcada pela ideologia desenvolvimentista apregoada por Sarney, atrelando o desenvolvimento econômico e a modernização do Estado à Educação, responsabilizando-a por esse processo de transição entre o Maranhão arcaico e o “Maranhão Novo”.

Para isso, o governo acreditava que planejar as ações era suficiente para que projetos obtivessem êxito ao serem executados. O que deu errado? Os planos eram elaborados sem considerar os elementos estruturais da sociedade. No centro das preocupações não estava o desenvolvimento pleno do sujeito, com o oferecimento de condições objetivas e subjetivas para tal finalidade, antes, as atenções estavam voltadas para o desenvolvimento pleno da economia do Estado.

No entanto, a crise econômica ocorrida em todo país com o aumento da dívida externa, fez com que o magistério maranhense sofresse as consequências das políticas adotadas pelo regime militar. Motivo que levou os professores da rede pública maranhense a se organizar por meio da Associação de Professores do Maranhão, como esclarece o jornal O Imparcial de 19 de junho de 1977, ao justificar a criação da entidade com o objetivo de “constituir um órgão que de forma coesa, venha defender os interesses da classe”.

A precarização do sistema educacional e o processo de proletarização dos trabalhadores em educação maranhense foi inevitável, constituindo com isso, mais um movimento de resistência ao Estado autoritário, conservador, de cunho liberal, burguês, individualista, capaz de sacrificar seus filhos em prol do capital.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, José Salles de. Relatório apresentado ao Governador do Estado. 1967.

ARANHA, L. A. A. História da educação e da pedagogia: geral e Brasil: São Paulo: Moderna, 2006.

BARBOSA, Zulene Muniz. Maranhão, Brasil: luta de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís – UEMA/2006.

_____. As “Temporalidades” da Política no Maranhão. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_zulene.pdf. Acesso: 04/03/2014

BONFIM, Maria Núbia Barbosa. Do velho ao novo: política e educação no Maranhão. São Luís: UFMA, 1985.

COSTA, Wagner Cabral. Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/images/stories/observanordeste/cabral2.pdf>. Acesso em 28/07/2014.

CORRÊA, Rossine. Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia. São Luís: SIOGE, 1993. GADOTTI, M. História das idéias pedagógicas. São Paulo: Ática, 1993.

FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. 2ª ed. -, 6. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

FERREIRA Jr., A.; BITTAR, M. Proletarização e sindicalismo de professores na ditadura militar (1964-1985). São Paulo: Edições Pulsar & Terras do Sonhar, 2006.

GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo: Ática, 2006.

GHIRALDELLI JR, Paulo. História da Educação. 4a ed. - São Paulo: Cortez, 2009.

GOHN, Maria da Glória M. Lutas e Movimentos pela Educação no Brasil a partir de 1970. *EccoS – Rev. Cient.*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 23-38, jan/jun. 2009.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. 1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. 1a ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014

GONÇALVES, Nadia G.; RANZI, Serlei M. F. Educação na Ditadura civil-militar: políticas, ideários e práticas (Paraná 1964-1985). Curitiba: UFPR, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 2003.

RUSSO, Miguel Henrique. Escola e paradigmas de gestão ECCOS – Rev. Cient., UNINOVE, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 25-42.

SAVIANI, Demerval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. Cad. CEDES [online]. 2008, vol.28, n.76, pp. 291-312. ISSN 0101-3262.

MARANHÃO, Plano de Governo 1971/74 - Governador Pedro Neiva de Santana. São Luís, 1971.

O IMPARCIAL. 16 de Outubro de 1979 “Professores pedem melhores salários”.

O IMPARCIAL. 15 de agosto de 1982 “Professores agradecem o enquadramento no Estado”.

O IMPARCIAL. 19 de junho de 1977 “Apema elege sua primeira diretoria”.

JORNAL DO DIA. “O Segredo de Vitorino”. São Luís, 27 de outubro de 1954.